



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: reunião ordinária	Nº: 832/01	DATA: 29/08/01
INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 16h24min	DURAÇÃO: 1h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h22min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 17
REVISORES:		
SUPERVISÃO: AMANDA, NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: MYRINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Relatório de visita da Comissão ao Estado de Goiás.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Há palavra ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Havendo **quorum** regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata das obras inacabadas. Tendo em vista a distribuição de cópia antecipada das atas da 11ª, da 12ª e da 13ª reuniões, consulto o Plenário sobre a necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovada. Peço à Secretária que distribua o resumo da correspondência e o faça constar da ata desta reunião. Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos. Concedo a palavra ao Relator, para suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não tenho consideração a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, vamos passar para a Ordem do Dia. Eu só quero comunicar aos colegas que, daqui a pouco, nós vamos fazer o relato da viagem que fizemos a Goiás, esta Comissão, mas daqui a pouco, num tempo oportuno. Encontram-se sobre a mesa os seguintes requerimentos: 109/01, do Deputado Anivaldo Vale, que requer a adoção de proposta de roteiro de trabalho para esta Comissão. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse requerimento já tramita na Comissão há algum tempo e diz respeito a estabelecer



um roteiro de trabalho que possa nortear as providências aqui tomadas, desta Comissão. Como foi distribuído pela Secretária, eu queria apenas me limitar a dizer dos campos de atuação dele: investigar as obras que estão sendo acompanhadas e auditadas pelo TCU e investigar outras obras com indícios de irregularidade — e, também como critério de seleção dessas obras, seriam as obras auditadas pelo TCU e obras não abrangidas nesse item, que estabelecesse um limite de valor para o tratamento daquilo que possamos chamar de varejo de 2 milhões, e, a partir desse valor, a Comissão passava a trabalhar. Tenho o entendimento de que esse valor, por exemplo, de 2 milhões na área de transporte é um valor pequeno, mas, na área da saúde ou da educação, pode ser um valor significativo, não como forma de engessamento. E a linha de atuação seria a solicitação de informações ao Tribunal de Contas, à Secretaria de Controle do Ministério da Fazenda e aos demais órgãos e autoridades da Administração Pública Federal, considerando também as denúncias, as definições preliminares de obras por Unidade federada e submetida previamente à investigação pela Comissão. O estabelecimento da programação das viagens da Comissão, para serem realizadas audiências públicas das obras definidas no subitem anterior, acompanhadas do corpo técnico necessário. Definição de audiências públicas, convocando para esclarecimento pessoas envolvidas, como ordenador de despesa, secretário de planejamento, orçamento, administração e demais responsáveis por dinheiro e valores públicos, representantes das empresas responsáveis pela execução e operacionalização das obras consideradas importantes. Também um outro roteiro diz respeito ao acompanhamento dos imóveis considerados no corpo dos ativos ociosos da União, que seria a seleção desses imóveis, tanto urbanos, como rurais, a serem investigados os bens, informados pelas



autoridades competentes ou outros bens imóveis não informados ou selecionados previamente pela Comissão. A linha de atuação seria a mesma. Então, eu submeto à consideração dos colegas, no entendimento de sua apreciação e aprovação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu até concordo com o roteiro de trabalho. Eu acho que é importante nós termos um roteiro de trabalho, é importante nós definirmos aqui. Eu até concordo com o requerimento do nosso Relator. Só tem algumas coisas que podíamos negociar, para serem melhor entendidas. Vou dar só um exemplo: investigar todas as obras auditadas, Sr. Relator, pelo TCU, com indícios de irregularidade. Nós temos muitas obras que não são auditadas pelo TCU que estão paralisadas. Vou dar só um exemplo para o senhor: o Pró-Saneamento de Goiás. São 35 cidades que receberam recursos do Pró-Saneamento e estão com as obras paradas e não foram auditadas. Isso é um exemplo. Aquela ponte do Rio Pari, que apareceu na imprensa nacional e tudo, e outras obras também que podíamos citar no Brasil todo. Então, tem muitas obras que não foram auditadas ou foram auditadas pelo TCU muito tempo, e tem um caso seriíssimo: são as obras-convênio, obras delegadas pelo Governo do Estado, quando o Governo abre a licitação e o órgão presta conta para o Tribunal de Contas do Estado e, às vezes, não são auditadas pelo Tribunal de Contas da União. É o Estado que presta contas com o Ministério aqui. Então, existe muito isso. A Penitenciária de Goiás é um caso que é uma obra delegada. Então, nós temos muitos casos no País. Então, não podemos pôr só aquelas que estão



hoje na relação do Tribunal de Contas da União. Concordo com 2 milhões, nós não podemos ficar por menos de 2 milhões, está certo, mas nós temos outra coisa também, as viagens. Nós tínhamos que fazer um roteiro de viagem no País. Esse roteiro de viagem é excelente, porque se acaba descobrindo muita coisa que está parada no País e se acaba tomando conhecimento, e você envolve a comunidade. Vou dar só um exemplo: eu recebi 58 **e-mails** essa semana, tudo sobre obras inacabadas, recebi 35 correspondências, tudo sobre obras inacabadas, só essa semana, informações passando para nós. Por quê? Por causa das audiências públicas. Então, são muito importantes as audiências públicas. Eu gostaria de fazer uma pergunta, uma dúvida que eu fiquei no roteiro: e depois que a obra estiver constatada que está parada, que houve irregularidade grave, vão ser convidados o representante dela, os empreiteiros ou quem for responsável para prestar esclarecimento, se for preciso até quebrar sigilo bancário? É uma pergunta que eu gostaria de deixar aqui, porque nós também temos que dar soluções, nós não podemos só ficar mostrando e cobrar. Outra coisa: nós temos que trabalhar também, Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que até com a Comissão de Orçamento. Por que com a Comissão de Orçamento? Para que nós possamos... Às vezes, tem obra que está faltando pouca coisa para terminar, mas tem obra também que está recebendo recurso que não está dando o efeito que a nossa comunidade espera. Então, é muito importante trabalhar também com a Comissão de Orçamento. Eu acho que nós temos que ter o roteiro, está certo, nós temos que ter roteiro. Só que gostaria de ter um roteiro também de viagem, para fazer uma programação adiantada, para que a equipe da CPI, da Comissão possa notificar todas as pessoas, para que nós possamos também mandar **e-mail** para as Prefeituras, para todos os órgãos, para



que nós possamos ter uma atuação maior e uma participação maior da comunidade nesse processo, até a própria imprensa. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria apenas esclarecer, talvez eu não me tenha feito entender, que o campo de atuação da CPI contempla todas — foi o que temos registrado — as obras auditadas. Agora, o critério de seleção já vem aí no item 2, e a questão da viagem vem no item 3. Agora, por exemplo, o Tribunal de Contas da União — nós estamos inclusive trabalhando com esse material, com essa ferramenta de trabalho — vem acompanhando, até como auxiliar da Comissão de Orçamento, 320 obras, e agora ele já apresentou até outras 320 obras para o próximo orçamento. E também nós tivemos, inclusive do Tribunal de Contas, o conhecimento de um trabalho profundo que ele fez, contemplando sete mil e poucas obras, etc. E esse assunto que V.Exa. aborda é interessante, porque não vai ficar circunscrito só às obras auditadas pelo Tribunal. Isso é um item que vai ser trabalhado. E é certo e é mais do que louvável que esses **e-mails** que estamos recebendo com as denúncias são objeto de acompanhamento aqui. Traz para a Comissão, passa, nós damos um acompanhamento, uma discussão, e aquilo que for realmente eleito como prioridade pela Comissão certamente será investigado. E a questão dos critérios da viagem, uma coisa que seria discutida aqui é a pauta, e, também, esse mesmo tratamento seria dispensado aos ativos ociosos da União.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, quero considerar e esclarecer à Mesa e aos nobres companheiros que acho relevante esse relatório, esse roteiro de trabalho proposto pelo Relator. Tenho dúvida sobre alguns itens, mas quero dizer também que acho que o trabalho que V.Exa. vem fazendo à frente da Presidência desta CPI não fere nem foge desse roteiro também aqui proposto oficialmente pelo nosso nobre Relator. Só gostaria, nobre Relator, que, nesse item 2.2, de critério de seleção de obras a serem investigadas prioritariamente, não fossem estipulados valores para o campo de educação e o campo de construção da área social, creches, essas coisas, porque são campos que, geralmente, não ultrapassam esses valores. Então, como são campos sociais, são de estrita importância e têm a prioridade número um do nosso Governo Federal, talvez se encontre uma escola em determinado Município de que ainda não tenhamos conhecimento, e precisamos dar prioridade também a esses itens. Que constasse, se fosse possível, desse item 2.2, "exceto para construção de colégios e creches". Era uma das minhas sugestões. E uma outra pergunta, uma outra consideração que tenho a respeito desse relatório é no tocante... Deixe-me ver aqui. *(Pausa.)* Sr. Presidente, eu agora entendi. Seria mais ou menos nesse campo, até porque vai contemplar aquilo que nós já estamos fazendo. E, também, se fosse possível, Sr. Relator, que V.Exa. reconsiderasse isso que eu propus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e também o nosso Relator. Deputado Anivaldo, com relação à leitura da análise da proposta de roteiro de V.Exa., teria duas observações a fazer. Primeiro, com



relação ao item 2.1 da pauta de critérios para seleção de obras a serem investigadas prioritariamente, aquelas já auditadas pelo Tribunal de Contas. Tem muitas obras que estão com indícios graves de irregularidade e não auditadas. Então, proponho a V.Exa. que se rediscuta, quem sabe, modifique. E quero concordar em parte com o Deputado Sérgio Reis, com relação às obras da área social e do setor de saúde, de educação, saúde, educação e assistência social. Os valores de 2 milhões de reais excluiriam muitas obras. Agora, acho também que nós não devemos descer a obras muito pequenas, porque serão milhares e milhares. Que, nessa área, Sr. Relator, limitemos um valor, quem sabe, menor de 250, 300 mil reais, daí para cima, pois senão desceríamos a uma quantidade enorme de obrinhas, que dificultariam enormemente o nosso trabalho. Mas acho que para a área de educação, saúde e assistência social, 2 milhões é muito elevado. Que se baixasse para 500 mil, quem sabe, alguma coisa assim, esse valor. No mais, evidentemente, é uma preocupação de V.Exa. de definir critérios, a proposta de roteiro. Deixo esses dois pontos, os itens 2.1 e 2.2, relativos a obras inacabadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, muito obrigado. Em primeiro lugar, quero parabenizar o nosso Relator. A proposta do Relator significa o debruçamento sobre os problemas e as dificuldades que vive a Comissão, e eu não tenho nenhuma dúvida de que a proposta de trabalho apresentada pelo nosso colega Anivaldo Vale vem ajudar o trabalho da Comissão. Daí os nossos parabéns, e, no momento oportuno, nós vamos aprová-la. Desde já, eu assumo aqui o compromisso com a aprovação da proposta do Relator. Mas eu



tenho duas observações a fazer. A primeira delas refere-se realmente a um ponto já abordado por colegas que me antecederam. No item 2.2, eu gostaria de ver retirado esse valor, esse limite do valor despendido. Acho que a Comissão tem maturidade suficiente para analisar a importância social e econômica da obra, e nós, a partir do momento que estabelecêssemos o valor, de acordo com o que está proposto no roteiro de trabalho, estaremos criando um buraco negro. Se a obra é do TCU, e o TCU aponta as irregularidades, elas seriam investigadas. Se o TCU ainda não investigou essa obra, nós só poderíamos investigá-la a partir de um certo limite de recursos. Acho que isso aí complica um pouco, e é necessário que a própria Comissão tenha a possibilidade de decidir sobre essa investigação, independentemente do valor da obra. Claro, nós não vamos aqui gastar o tempo desta Comissão com coisas muito pequenas, quando nós poderíamos estar oferecendo uma resposta mais positiva à Nação brasileira se investigássemos uma obra de maior valor. Portanto, a minha proposta é retirar o limite dos valores, apontado no item 2.2. A segunda e última observação vem nessa linha de atuação colocada no item 3. De acordo com a proposta, a viagem... E aí, Sr. Presidente, eu falo na viagem porque tive a oportunidade de, convidado pela Presidência, participar da viagem que a Comissão fez na semana passada, ao Estado de Goiás. Vi a quantidade de obras inacabadas que existem no Estado de Goiás, de que a Comissão tomou conhecimento a partir do depoimento dos Secretários de Estado, muitas obras da União delegadas ao Estado de Goiás, e também através do depoimento de pessoas que representam o Governo Federal, como no caso do Secretário do Patrimônio da União, relatando uma quantidade enorme de imóveis que existiam no Estado de Goiás, quando esses imóveis apresentavam uma



disfunção no seu uso. Assim, Sr. Presidente, eu entendo que, se nós tivermos que seguir essa seqüência, primeiro a obra com relação ao Tribunal de Contas, depois ouvir, com relação a essa obra, a Secretaria de Controle do Ministério da Fazenda, depois os demais órgãos, depois as condições de denúncia de irregularidade encaminhada à CPI e, por último, estabelecermos um programa de viagem, talvez nós fôssemos andar muito nesta Comissão, quatro, cinco, seis, sete semanas, talvez oito semanas à frente, para voltar a Comissão a viajar. Eu acho que a Comissão ganhou muito na hora em que fez as viagens. Não tenho uma proposta definida lamentavelmente, mas talvez o nosso Relator, que trabalhou muito nesse roteiro de trabalho, possa nos oferecer uma alternativa, de forma que a Comissão possa viajar, independentemente de seguir essa seqüência, mas essa seqüência é necessária, eu entendo isso. Ela é importante, porque aí nós estaríamos ouvindo todos os segmentos do Governo Federal envolvidos exatamente nesse problema. Portanto, a minha idéia no presente momento é que seja retirado do item 2.2 o limite desses valores e que no item 3, entre o item 3.1 e o item 3.4, que determina as viagens, houvesse certo remanejamento dessa seqüência ou flexibilização dessa seqüência, de forma que a Comissão pudesse viajar para visitar obra sem ter que passar pelo Tribunal de Contas, pela Secretaria de Controle do Ministério da Fazenda, pelos demais órgãos, a Comissão deliberar e definir preliminarmente as obras por Unidade de Federação, porque acho que isso vai atrasar demais o trabalho da Comissão. Eram essas, Sr. Presidente, Sr. Relator, as minhas considerações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado João Coser.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Sr. Presidente, estou há um tempo lendo esse documento e tentando entender claramente qual é o seu papel, mas primeiro eu vou chamar de a parte positiva. Eu acho que ele tenta ordenar o trabalho, o que é bom, dar uma organização, definir com antecipação as agendas, coisa, inclusive, que já estamos fazendo a partir de agora, parece. V.Exa. tem que apresentar uma agenda dos próximos Estados a serem visitados, determinar que a equipe de assessoria identifique nos relatórios do Tribunal de Contas os documentos encaminhados pelos órgãos federais até agora, todas as obras com problemas ou que necessitam de visita ou de debate, fazer um documento para cada um dos Srs. Parlamentares, a mesma coisa com relação aos bens públicos, consciente de que esses são mais difíceis de identificar. Então, a primeira questão: eu estou considerando os fatores positivos. Eu penso que o item 3, 3.1.1 1.2 e 1.3, está superados, porque nós já encaminhamos — o Deputado Anivaldo Vale acho que lembra disso — um pedido não só ao Tribunal de Contas, como a todos os Ministérios, Governadores de Estado e Assembleias Legislativas. Tenho a impressão de que isso aqui está superado. É o meu sentimento.

(Não identificado) - Falta resposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Falta resposta. Então, o que nós temos que ver é o seguinte: se não respondeu, se nós vamos cobrar. Mas essa linha de atuação do item 3 está superada. Eu também não tenho simpatia com a idéia de se fazer um monte de porteiras, porque se tem que parar de trabalhar e esperar trinta, sessenta dias para chegar de novo a começar. O Tribunal de Contas encaminhou um documento, que eu já tinha solicitado ao Presidente, e falei até com alguns companheiros da assessoria para fazer uma seleção por Unidade da Federação, por



órgão, por valor e os que têm indícios de irregularidades, para que nós possamos debruçar-nos sobre aqueles casos mais graves. É um problema de ordenar o trabalho, um problema técnico aqui de ordenar o trabalho da equipe. Não depende de resolução. Uma outra questão que eu quero levantar é para o Deputado Anivaldo Vale me ajudar a responder. No item 3.3, fala "definição preliminar das obras por Unidade da Federação que serão submetidas à investigação". Nós tivemos exemplo, porque nós fomos a lugares e lá, no debate, nós constatamos que tinham obras que mereciam uma visita. Elas não estavam no relatório, nós visitamos, e foi importante. Que o objetivo seja chegar lá com o maior número de informação eu entendo. Agora, não pode impedir, em função de uma resolução, que numa coisa constatada lá, no momento, no período da audiência da CPI, não se vá atrás ver se pega alguém com a boca na botija, uma coisa nova. Então, tem que fazer uma redação de forma que não prejudique o trabalho. "Tem que sair daqui, só pode visitar, andar naquele...", porque aí fica ruim. Então, ver como fica o 3.3. Lá no 1.2, a nossa atuação não é só com obra irregular, é também com obra não concluída. Então, falta um item "outras obras", "inconclusas", "que a Comissão julgar necessárias", ou "que estiverem..." Porque senão ficamos com dificuldades. Nós não podemos fazer uma norma que nos proíba de avançar. Esta Comissão tem também a tarefa de fazer o levantamento de obras paralisadas, simplesmente paralisadas. Não tem indício de irregularidade, está paralisada, nós temos que... Então, quero levantar esses questionamentos. Com relação às outras intenções, eu acho positivas, dá certa organização ao trabalho, nós podemos aprovar com esses adendos. Aí o Relator precisaria tentar redigir e, na minha avaliação, acolher um pouco dessas propostas, para facilitar o trabalho da Comissão, inclusive com relação a debate que estou propondo que



façamos aqui abertamente, sobre as visitas, Sr. Presidente. Vamos fazer uma conversa franca entre nós. Antecipadamente, os Estados que já têm condições de serem visitados, os Deputados que se propõem a visitar. Fazer uma coisa aberta, com os Deputados que se propõem a visitar, para ir fazendo um cronograma o mais democrático possível, para que ninguém venha reclamar que não foi convidado. Não é um problema individual do Presidente. A Comissão vai decidir. Tem dez para ir para um Estado, e só tem cinco para ir para o outro, como eu vou me deslocar de São Paulo para ir a Minas Gerais, ou eu vou ao Norte. Então, minha proposta é que as visitas sejam colocadas na mesa, e todos os Deputados vão, com uma agenda antecipada, se organizando, para fazer visitas. Eu não posso fazer todas. Gostaria de fazer o máximo possível. Só tenho condições de me adequar se tiver antecipadamente um cronograma, para eu organizar a minha vida. E quanto ao item 3, eu estou propondo, de fato, a retirada dele, porque eu acho que ele não tem papel, na minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Eu queria fazer um registro. Esse instrumento que está sendo colocado à apreciação dos colegas constitui-se numa ferramenta de trabalho, numa linha de trabalho, e não num trilho. Pela forma que está sendo interpretada aqui, parece-me que o entendimento está sendo de que, aprovado isso aqui, não pode pegar uma obra aqui ou outra. Não é isso que está escrito aqui. O entendimento que se tem aqui é que se tem um roteiro e a partir desse roteiro se vai talvez administrar 80% ou 90% do volume de trabalho que a Comissão vai ter, sem deixar de considerar — e isso foi assunto até debatido com outros Deputados —, por exemplo, o valor de 2 milhões e o entendimento de que 2



milhões na área da saúde ou na área de educação é um valor altamente expressivo. Mas achamos por bem estabelecer 2 milhões, sem prejuízo de que, amanhã ou depois, tenha condição de ser apreciada uma obra de menor valor. Não está impedido. Se amanhã se está discutindo e se tem conhecimento da irregularidade, ela vai ser acompanhada. Isso aqui não engessa. Isso aqui dá uma linha de trabalho, e nós vamos ter condição de, junto com o corpo técnico da Comissão, certamente ordenar um sistema de trabalho que contempla a satisfação de todos dentro de uma linha, sem estar ninguém atarefado ou angustiado com o trabalho, etc., principalmente o Relator, porque se vai jogando tudo depois para ele pensar nesse processo, para fazer um relatório que possa ser representativo do pensamento de todos os Deputados. Então, a partir do item 2.1 e o item 3, eu queria fazer uma ponderação ao nosso colega Coser e dizer o seguinte: O Tribunal falou, numa palestra que foi feita pelo Dr. Humberto Souto, de sete mil e poucas obras e falou justamente dos processos que ele abriu — mais de 3 mil processos, depois quatrocentas e poucas tomadas de contas especiais, etc. — e que ele tinha colocado como roteiro a informação de 320 obras, que estão sendo informadas à Comissão de Orçamento. E ali nós estamos trabalhando. E essa peça que nós estamos trabalhando é fruto de um trabalho executado pelo Tribunal no ano de 2000. Mas ocorre que é assunto que nós estamos até discutindo aqui, vamos trazer à apreciação aqui para cobrar também do Tribunal outras posições que não estão contempladas nesse item. A questão da Secretaria de Controle, a própria Comissão já fez um trabalho aqui, já aprovou num último requerimento que nós temos aqui, para pedir informações de cinquenta e poucas obras. São todas ferramentas que estão sendo buscadas para trabalhar. E, com relação ao item 2.1, eu acho que está



contemplada a resposta que eu fiz aqui. E, quanto ao item 2.2, eu entendo que ele será uma parte pequena, não é prejuízo. Nós vamos ter um roteiro de trabalho, e, se, dentro desse roteiro, aparecer uma obra de 50, ou de 20, ou de 30 mil reais, nada impede que a Comissão trabalhe. O que fica difícil é um relatório como aquele que foi feito na Comissão Especial do Senado, onde levou obras de 25 mil reais, de 30 mil reais, porque, se nós formos caminhar para esse propósito, devido à limitação do nosso tempo, certamente nós não vamos ter condição de dar toda a cobertura ao Estado brasileiro. Então, eu queria... Acho ainda...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Relator, concede-me um aparte só nesse item?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Eu estou preocupado com o seguinte: nós temos um relatório que diz que tem quase 3 mil obras inacabadas. Se nós ficarmos para o relatório acima de 2 milhões, aí nós vamos fazer um relatório de 200 obras inacabadas. Vai dar impressão de que o Brasil está com os seus problemas resolvidos, vai ser uma impressão falsa. Então, nós temos que saber é a referência de 2 milhões, para que serve. Olhem bem a minha preocupação: para que serve a referência? Porque os problemas não estão resolvidos. Há um monte de obras menores paralisadas por aí. Então, só para entender o desejo de V.Exa. Se for para efeito de aprofundamento de investigação, é uma questão de que sou a favor, o Deputado sabe disso. Agora, para constar no relatório, eu acho que tudo que for inacabado tem que ir para um pacote, um caderno avulso como obra inacabada, para nós tentarmos fazer uma radiografia do País, senão vai ficar um trabalho feito



pela metade. É um sentimento que eu tenho. Tudo que está inacabado, que é grande, nós vamos correr atrás para investigar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - O valor de 2 milhões foi fruto de entendimento numa reunião de que nós participamos — vários Deputados que aqui estão presentes participaram, elencaram esse valor de 2 milhões, e entre os Deputados estava inclusive V.Exa. — e em que discutimos: "Vamos estabelecer um valor para estabelecer o roteiro". Agora, o roteiro, para mim, não é trilho. Trilho é se isso aqui constituísse: "Olhe, nós só vamos fazer isso aqui". Não é o que está escrito. Roteiro é uma coisa. Nós vamos traçar um roteiro de trabalho, e, dentro desse roteiro de trabalho, contempla isso aí. Eu, particularmente, acho que, se tirar o valor de 2 milhões, muito bem. Só que nós vamos ter que fazer um roteiro de trabalho contemplando todas as obras, até aquelas de 20, 30 mil reais. Esse roteiro seria um roteiro nessa linha, independentemente de buscar as outras obras de menor valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Nada impede de se colocar aqui: obras inacabadas, obras não abrangidas pelo (*ininteligível*), escolhidas a critério da Comissão, considerando o teor das denúncias de irregularidade, o valor acima de 2 milhões de reais, além do alcance socioeconômico. Ou, então, decidir pelo valor, por exemplo, acima de 2 milhões. Baixa o valor ou tira o valor, não tem problema nenhum. Pode cortar isso aqui.



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não. No 1.3, eu propus fazer um adendo — V.Exa. não tem nada contra:" "Outras obras não concluídas que a Comissão julgar necessário..." Aí é um adendo mesmo, fazer o 1.3 aí.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Qual é? O 1.3?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - É, para nos permitir visitar outras obras que, necessariamente, não tenham irregularidades.

(Não identificado) - Onde está o 1.3?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Não tem. Eu estou propondo...

(Não identificado) - Ah, o 1.3. Qual é a sugestão?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER - Investigar outras obras não concluídas que a Comissão julgar necessário, porque o 1.2 e o 1.1 só falam de obras com irregularidades.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não tenho restrição nenhuma. Acato sem nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu acredito que o objetivo desse roteiro de trabalho é facilitar a integração de todos os membros da Comissão, com isso contribuir para o andamento dos trabalhos e, ao mesmo tempo, permitir ao Sr. Relator já conduzir certo relatório prévio, para que possa, ao término dos trabalhos, ter o seu relatório conclusivo. E eu acredito que, nesse sentido, como o Sr. Relator propõe dois pontos básicos — o primeiro, roteiro de trabalho para as investigações das obras inacabadas, e o item 2, roteiro de trabalho para investigação dos imóveis não



utilizados —, talvez fosse importante que nós constituíssemos dois grupos de trabalho, em que os Deputados pudessem internamente se distribuir. Fica uma parte com um grupo, outra com outro, ou parte deles integrando, como forma de ajudar a assessoria no manuseio dos vários documentos que estão chegando, para uma filtragem daquelas obras que porventura achar que necessita de acompanhamento e, ao mesmo tempo, pedir outras informações que entender que sejam . Acredito que, se deixarmos tudo para o Sr. Relator, por mais boa vontade que ele tenha, é impossível ler ou analisar aqueles montes de papéis que estão chegando. Por exemplo, a parte que o TCU nos mandou são volumes e mais volumes de papéis, que requerem, de todos nós, uma análise, evidentemente com o acompanhamento do Sr. Relator. O que eu estou propondo? Que nós constituíssemos dois grupos de trabalho, um destinado a acompanhar o roteiro de trabalho para investigar as obras inacabadas, conforme está sendo aqui proposto e analisado, e outro que acompanhasse o roteiro de trabalho para investigação dos imóveis não utilizados. E cada grupo desse teria um Sub-Relator trabalhando diretamente com o nosso Relator, num trabalho de apoio, de acompanhamento. Esses Sub-Relatores poderiam fazer ou não memórias dos seus trabalhos, independentemente do volume, para facilitar também os trabalhos do Sr. Relator, que poderia acolher ou não, para que não ficasse cada grupo de trabalho sem memória do que está sendo produzido e que todos os membros da Comissão pudessem ter clareza do que está acontecendo. Eu acredito que facilitaria o envolvimento de todos nós. Nós teríamos agilidade nos trabalhos e, ao término, conseguiríamos atender a grande parte do nosso objetivo, que é o objetivo da CPI: apresentar um bom relatório para esse material.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Anivaldo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Deputado Pimentel faz uma abordagem que vem justamente ao encontro daquilo que foi o teor de reunião que eu tive com o corpo técnico hoje pela manhã, na Comissão. A minha preocupação vai ao encontro daquilo que S.Exa. explicitou com muita clareza. É justamente termos um ordenamento do trabalho. Então, junto com o corpo técnico, procurei conhecer onde nós estamos hoje, compulsar todos esses dados e, a partir daí, chamar, para a próxima reunião — e isso foi discutido na reunião —, numa carta-convite a todos os Deputados, o Presidente e todos os Deputados que quiserem participar, para desenhar um modelo de acompanhamento. V.Exa. já até antecipa uma proposta de criação de grupo de trabalho, ligado seja à obra inacabada, seja a ativos e ociosos, que eu não tenho nada, nenhum reparo a fazer. A questão da Sub-Relatoria é uma questão partidária, que tem que ser discutida também com os partidos políticos. Também não tenho... É o partido que decide. Não sou eu que decido. O partido vai decidir: "Olhem, concordo, para mim está tudo tranqüilo". Eu tenho que cumprir. Cada um de nós aqui está representando o partido que nós representamos nesta Casa. Então, o que V.Exa. aborda constitui justamente a nossa preocupação: procurar compulsar todos os elementos de que a CPI já dispõe. Por exemplo, nós deflagramos aqui uma enxurrada de solicitações de informações. Recebemos algumas. Outras nós não recebemos. Nós temos que saber por quê. Nós deflagramos aqui uma série de ações, procurando informações junto a órgãos do próprio Governo. Recebemos de alguns. De outros nós não recebemos. Tem sugestões apresentadas no **e-mail** dele, no meu, talvez no de V.Exas., em todos,



que tem que levar para a Comissão e discutir. Aquilo que entender que deve ser colocado em prática coloca. Então, é esse o entendimento mesmo, Deputado Pimentel. Eu até agradeço a sua abordagem nesse sentido, porque a linha é essa. Nós trazemos, estabelece e vai dar produtividade. Isso vai dar produção e produtividade, qualidade ao nosso trabalho. É isso que nós estamos pretendendo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, no início, eu falei que eu concordo com o roteiro de trabalho. Mas deixem só eu tirar uma dúvida. Aprovando esse roteiro de trabalho, só vai poder fazer audiências públicas no País depois que receber informação de todos os órgãos? Pode ter um roteiro paralelo? Eu gostaria de ouvir de V.Exa., Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não, ainda não sou governador, não. Relator. Quem sabe. Vai espalhando. Vai espalhando. (*Risos.*) Ainda não sou. Então, o que eu queria dizer é o seguinte. Isso aqui é uma linha de trabalho. Nós temos que ter uma linha, até para sermos produtivos, para dar tranquilidade a quem está assessorando-nos, o próprio Presidente e os Deputados e dar participação ao Deputado. Quando você traça uma linha... Nós não estamos traçando agora "quem não pode não..." Não existe isso. Se amanhã se chegar aqui com o expediente "olhem, eu quero que verifiquem essa obra no valor de x e x", qualquer Deputado vai colocar, o Presidente vai pautar, vai ser votado aqui e certamente será apurado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria fazer um esclarecimento a respeito da questão da Presidência. Aqui tem um roteiro de



trabalho, Deputado Magno Malta, e aqui está escrito. Para que essa Presidência dê seguimento à questão, o que vale é o que está escrito. Aqui não vale a intenção. Uma intenção é uma coisa. O que está escrito é outra coisa. Então, vamos colocar em votação o que está escrito, não é o que pode ter dado elasticidade ou não. Então, eu queria perguntar ao Deputado Anivaldo Vale se gostaria de retirar e trazer as ponderações que foram feitas para botar em votação depois, ou gostaria de colocar em votação o requerimento como foi apresentado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Acho que, pelo tempo que esse requerimento está aí para discutir, eu não recebi. Ele está protocolado na Presidência, e eu não recebi nenhuma discussão, nenhuma sugestão. As sugestões foram para o corredor. O que está escrito aqui eu não sei se é o título "Roteiro". Roteiro, para mim, é uma coisa. Não é impositivo. No roteiro, vai-se ter uma linha de trabalho que vai contemplar. Tem que ter uma linha de trabalho. V.Exa. foi Relator da Comissão da SUDENE, Deputado Pimentel, e tem experiência nesse sentido. Então, eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, nós tivemos na Casa três CPIs que eu acompanhei. A primeira delas foi a CPI dos Fundos de Pensão, que deu uma trabalhadeira. Era um pouco parecida com essa daqui. Um mundo de informação. Em seguida, nós tivemos a do FINOR/SUDENE e antes tivemos uma outra, de volume um pouco menor na condução. O que me preocupa aqui é o volume de informação e o mundo de dados que nós precisamos trabalhar. Eu acredito que, da maneira como está o requerimento, parte do que aqui está posto, particularmente o item 3, quanto ao que já foi solicitado, simplesmente a nossa assessoria, o próprio Relator, ao encaminhar, não solicitaria mais. Nós faríamos uma



reiteração daqueles que porventura não foram respondidos. Onde está "roteiro de trabalho", nós colocaríamos "grupo de trabalho destinado a" e aprovaríamos já hoje mesmo, até como forma de ganhar tempo, porque foi feita uma série de ponderações que, no sentido de enriquecer...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - É grupo de trabalho mesmo, porque facilita. E nós ficaríamos de, na próxima reunião, após um diálogo com o Sr. Presidente, o Sr. Relator e a composição partidária, indicar os dois Sub-Relatores. O Relator tem toda a razão. Isso é um acordo político que passa pelos partidos. E nós deixaríamos a próxima reunião para...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Com partido político.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - ...para oficializar os dois Sub-Relatores.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Veja bem, eu não vou colocar em votação o requerimento todo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Mas já há duas sugestões aqui que estão sendo consideradas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Uma é investigar as obras não concluídas de interesse da Comissão.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Permite-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Moroni, primeiro o Deputado Sérgio Reis pediu a palavra. Eu já passo a palavra para V.Exa.



(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Mas eu estou aprendendo com V.Exas. É justamente para isso. Quando eu chegar à idade em que V.Exa. está, já estarei pelo menos sabendo a metade do que V.Exa. sabe aqui de Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Na linha do nosso nobre colega Pimentel, que sugeriu a criação de Subcomissões, eu acho muito proveitosa e interessante. É pertinente. Mas eu gostaria que fosse ampliado, Sr. Presidente, até pelo tamanho do nosso País e para não sobrecarregar. Até para auxiliar o nosso nobre Relator, talvez nós pudéssemos fazer isso através de grupos de trabalho regionais, Norte e Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, nessa linha que, posteriormente, podemos traçar e, conseqüentemente, colocar em ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Moroni.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu vejo que estamos com um problema regimental. Eu acho que o roteiro poderia ser aprovado, ressalvadas as sugestões atendidas pelo Relator. Quer dizer, ressalvam-se as sugestões. Aí, põe todas as sugestões no papel. E, numa próxima reunião, as sugestões são aprovadas juntas, sem problema nenhum. A idéia de grupo de trabalho, sem dúvida, é boa. Eu acho que o que me ajudou na CPI do Narcotráfico foi, justamente, ter grupos de trabalho e Sub-Relatores, que ajudaram a fazer o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Moroni Torgan, não há por que não aprovarmos o relatório. Aliás, eu estou chegando agora à CPI e até imaginava — eu tenho esse requerimento na mão — que esse relatório, esse roteiro já estava aprovado. Eu confesso que tinha a impressão de que isso já estava andando. Então, parece-me que tem que tocar para a frente. Aí, obviamente, na medida em que as coisas vão acontecendo... E tomo como exemplo a CPI do Narcotráfico, que ia evoluindo numa direção, e, de repente, tinha um fato novo, um fato relevante, um fato que saltava aos olhos, ou que chamava a atenção e a que, naturalmente, a CPI dava mais atenção naquele momento. Sem necessariamente dizer "nós vamos esquecer o roteiro". Não, há um roteiro, há uma linha mestra, há uma direção, uma espinha dorsal. Mas não quer dizer que, eventualmente, não possamos trazer à tona um fato mais relevante e, em cima dele, ou através de um Sub-Relator, ou através de um grupo de trabalho, direcionar, aprofundar. Como nós fazíamos na CPI, Deputado Moroni Torgan. De quando em vez, um grupo da CPI ia a um Estado, outro grupo da CPI ia a outro Estado fazer diligência. Não precisa a CPI ir inteira a um Estado. Quer dizer, pode um grupo fazer uma diligência em um, outro grupo fazer diligência em outro. Enfim, coisas dessa natureza. Parece-me que é assim o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - O que o Deputado Pompeo de Mattos disse e, de certa forma, combina com o que o Deputado Pimentel também já havia dito nesse recinto, obriga à instituição dos Sub-Relatores. Sem os



Sub-Relatores, não é possível fazer as viagens que estão sendo combinadas aqui, grupos para lá, grupos para o lado "b", sem a presença do Sub-Relator. Então, alguém tem que ficar responsável. Aí, é necessário, portanto, estabelecer Sub-Relatores. Segundo ponto. Quando esteve em discussão o roteiro de trabalho apresentado pelo Relator, Deputado Anivaldo Vale, eu apresentei, efetivamente, duas sugestões, a de retirar os 2 mil reais, como limite de valor para estudar as obras inacabadas, ou paralisadas, ou não concluídas, e também questionei o item 3.4. Porque o item 3.4 diz o seguinte: "O estabelecimento da programação de viagem da Comissão, para a realização de audiências públicas e investigação **in loco** das obras definidas no subitem anterior, acompanhada do corpo técnico", tal e tal e tal. Ora, há uma gradação das ações para que as viagens sejam estabelecidas. E eu volto a esse ponto, Sr. Presidente, porque eu acho que o momento mais rico que a Comissão já teve foram as viagens que fez. Não tive a oportunidade de acompanhar os colegas ao Rio Grande do Sul, nem ao Paraná, nem a Santa Catarina, mas tive a oportunidade de acompanhar a Goiás e vi a riqueza de informações que nós conseguimos coletar naquele Estado, a partir do momento em que ouvimos secretários e representantes de órgãos do Governo Federal. Assim, se existe essa gradação, Tribunal de Contas, Secretaria de Controle do Ministério da Fazenda, demais órgãos, consideração das denúncias, definição — item 3.3 — preliminar das obras por Unidade da Federação, que serão submetidas prioritariamente à investigação da Comissão. E, aí, estabelecemos o nosso roteiro de viagem, baseados no subitem anterior, ou seja, na definição preliminar das obras por Unidade da Federação. Se esses dois itens forem colocados em votação, eu



pediria o seguinte, Sr. Presidente: de que forma nós poderíamos fazer um destaque para votação em separado do item 2.2 e do item 3.4?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar essa tese, até porque sou Deputado de primeiro mandato, ou marinho de primeira viagem, e a única referência que eu tenho de CPI foi a que eu presidi. E, por isso, queria reforçar a tese da Sub-Relatoria e dizer que houve ocasiões... Até porque o tempo proposto para uma CPI é curto, é curto, e, normalmente, quando ela se dispõe a trabalhar, é um saco sem fundo, é denúncia todo dia e vem e vem e vem, é muita coisa. E uma CPI da envergadura da de obras inacabadas... Nós sabemos que é uma coisa séria neste País a questão das obras inacabadas. Houve ocasião, Sr. Presidente, em que nós tínhamos seis diligências e determinamos seis diligências, havia seis grupos viajando pelo Estado. Seis grupos viajando pelo Estado. E lembro que, nessa época de seis grupos, eu, até porque fui resolver uma questão de Minas Gerais, nessas viagens, participei de três delas, correndo em três delas, por causa da gravidade do assunto, e nós tivemos que mandar suplentes nas viagens. E o Deputado Moroni também. Porque o tempo é curto, a CPI tinha uma envergadura muito pesada, como esta também tem, sabemos que a questão de obras inacabadas é um problema tremendo no Brasil. Então, eu acho, que é ínfimo o tempo, e, se não tivermos Sub-Relatorias e não pudermos fazer diligências em separado, grupos visitando Estados diferentes, para dar agilidade ao trabalho, certamente o Relator terá muita dificuldade e será uma luta tremenda para ele no final da CPI, quando da elaboração do relatório final. E, sem dúvida alguma, o sucesso que, graças a Deus, tivemos no relatório final da CPI do Narcotráfico foi



porque a cooperação e o trabalho feito pelos Sub-Relatores foram de extrema importância para que pudéssemos selar um relatório significativo para o Brasil, como nós fizemos. De maneira, Sr. Presidente, que a minha fala é para reforçar a tese da Sub-Relatoria, das Subcomissões, para que elas possam viajar em separado, vendo **in loco** as obras, por causa do tempo, para dar agilidade à Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - A questão de ordem que formulo, Sr. Presidente, talvez pelo meu amadorismo, pela minha falta de experiência, é que a assessoria desta Mesa, desta Comissão me informe qual é a diferença, em termos legais, entre Subcomissões e grupos de trabalhos. Se existe alguma diferença jurídica e técnica a esse respeito, que, posteriormente, me seja esclarecida. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Relator, o roteiro... Acho que nós estamos tirando do que está o requerimento aqui. Foi feita uma coisa, nós estamos colocando subgrupo de trabalho, Relatoria...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Acho que não, Presidente. Inclusive, eu acho que o item 2.2, que foi a preocupação e a sugestão da questão do valor... Para ficar até dando guarida a algumas pequenas irregularidades, que se trabalha com conhecimento, fora dessas outras fontes que estão sendo apontadas aqui,



poderia ficar o 2.2, obras não abrangidas pelo item anterior, escolhidas por critério a ser definido pela Comissão, considerando o teor das denúncias e irregularidades apontadas. Tira o valor, então. Eu só acho que o valor... O próprio Tribunal do Contas escolheu cinco obras por Estado. O próprio Tribunal. Ele está fazendo um trabalho em cima de cinco obras por Estado. Aqui nós íamos ver o universo de quantas obras se ia trabalhar acima de 2 milhões. Se desse vinte, se desse trinta, etc., etc. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, Relator. Eu estou entendendo V.Exa. Tudo isso aí V.Exa. acatou.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não há problema.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - V.Exa. acatou. Mas o que estou dizendo é o seguinte: nós temos que discutir o requerimento que está aqui hoje, acatando essas decisões. Agora, esse problema de criar a sua Relatoria...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Isso é problema de partido político.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, isso é depois.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É muito, muito fácil.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, não vamos discutir isso aqui. Não vamos discutir isso aqui agora. Então, deixa eu dizer um negócio.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Do partido político. É, sim, dos partidos. Sub-Relatoria é dos partidos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu acho, Sr. Presidente, que nós temos que colocar em votação agora.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - É o que foi apresentado para nós.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Colocar em votação. Eu acho que é importante nós termos um roteiro na próxima reunião, um roteiro de viagem, fazermos o roteiro de viagem. V.Exa. fazer o roteiro de viagem, Sr. Presidente, para que, a partir de Minas Gerais, a partir de terça-feira, nós já tenhamos o roteiro de viagem, a partir da semana que vem, inclusive comunicar a viagem de quarta e quinta para Minas Gerais, começar as viagens pelo País, que é importante. Eu acho que é mais importante nós aprovarmos do que a interferência maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, nós temos aqui um roteiro de trabalho, com a colocação do item 1.3, e foi solicitada a retirada do 2.2, mas o autor só tira a metade, até a palavra "apontadas". Eu queria...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, permita-me uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E aqui também para retirar o suprimento do 3. Só para terminar, pela mesa da nossa Secretaria, estão prejudicados os itens 3.1.1, 3.1, 2, 3, foram três que já foram aprovados. Deputado Sérgio Reis, foram prejudicados, em função de ter já sido aprovado nesta Comissão e já está aprovado. E também o Deputado Rosado, que está querendo suprimir o 3.3 e o 3.4. Eu queria...

(Não identificado) - Retira o 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Retira o 3.

(Não identificado) - E agora 1.3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E agora 1.3. E o item 2.2, do valor, é do valor da obra.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não, Deputado Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito obrigado. Primeiro, Sr. Presidente, acabei de ouvir o pronunciamento do Sr. Relator no sentido de concordar com a retirada do valor de 2 milhões, que estabelecia se uma obra seria ou não objeto de trabalho da Comissão. Eu agradeço a sensibilidade do Relator e concordo plenamente com a redação que está propondo. Neste momento, eu não tenho mais nenhuma divergência com o Deputado Relator com relação a esse item. Com relação ao item 3.4, eu entendo ainda que existe uma história de uma gradação e que teríamos que definir preliminarmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Mas a proposta foi retirar o item 1.3, não é, Deputado João Coser? Retirar o item 3.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Mas o Deputado Rosado sugeriu a retirada do 3.3 e do 3.4. Não é isso, Deputado Carlos Alberto Rosado?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, eu não estou exatamente sugerindo a retirada desse ponto. Eu acho que as viagens não podem ficar amarradas numa seqüência de informações preliminares sobre as obras, para serem decididas. Eu acho que as viagens podem ser... O estabelecimento do programa de viagem da Comissão para a realização das obras públicas **in loco** das obras definidas no subitem anterior é que eu acho que não vale



a pena. Eu acho que a amarração está exatamente aí. Se retirar "definidas no subitem anterior", eu estou satisfeito.

(Não identificado) - Pode tirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O autor retira a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Acata minha sugestão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - A redação fica a seguinte: Estabelecimento de programação de viagem da Comissão para a realização de audiências públicas, investigação **in loco** das obras acompanhadas pelo corpo técnico necessário.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Tira-se "as definidas no subitem anterior".

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Espere só um pouquinho. A Secretaria da Mesa está sugerindo ao autor... Quero saber do ponto de vista regimental se V.Exa. queria formalizar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Não, não. A proposta do experiente Presidente me agrada, para a gente votar e acatar aí o que tiver de acatar. E pronto, acaba-se com isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, vamos tirar os destaques que foram apresentados.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, eu acho que não existe mais destaque. Na hora que o Relator acatou as modificações, com a primeira, apresentada pelo Deputado Coser, de incluir o item 1.3 com as obras paralisadas, eu também concordo. No item 2.2 ele suprime, considera inclusive o valor despendido, mas suprime o valor de 2 milhões de reais. E no item 3.4 ele retira, visita das obras, ele retira definidas no subitem anterior. E isso me satisfaz. Acho que o roteiro de obra fica redondo, perfeito, para a gente seguir como roteiro de trabalho da nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Paulo Baltazar.

O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR - Eu acho que a redação já está acertada, mas a questão da Subcomissão ou sub-relatoria parece que precisa, se não for acatada, é uma ressalva que tem de ser colocada para ser avaliada posteriormente, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria, Deputado Paulo Baltazar, só definir esse item aqui, esse assunto para depois que a gente pudesse passar para esse...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Como está em votação o roteiro... Pois não, Deputado Francisco Garcia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GARCIA - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente os companheiros. Estou vendo a preocupação, de um lado, da Presidência, em seguir, **a posteriori**, uma orientação em que ela fique engessada



por esse roteiro. Parece uma preocupação de todos nós. E acredito que pelas discussões que estão acontecendo, não deverá ser um procedimento efetivo. Então, como não é um procedimento efetivo, como a Presidência tem elaborado a pauta em cima daquilo em que ele vai avaliar no que vai chegando até à Presidência e vai colocando com que as prioridades sejam sugeridas, eu acho que o roteiro passa a ser um esqueleto apenas de ajuda à Presidência. Então, essa preocupação que o Presidente pode ter com que isso seja um relatório, seja um roteiro definitivo, já foi quebrada aqui pelos próprios membros da Comissão. Então, essa preocupação está vencida. E o roteiro, pela própria colocação do nosso Relator, é um roteiro para ajudar. Agora, é evidente que a Presidência, ao receber as informações, dará prioridade àquilo que achar mais interessante e nós iremos discutir aqui em plenário. Aí, sim, serão feitos, como foi feito em outras CPIs, Comissões que vão para o Norte, Comissões que irão para o Nordeste. Essas Subcomissões e essas sub-relatorias deverão automaticamente ser colocadas. Acho que nós não deveríamos nos preocupar agora numa fomentação quando estamos iniciando o processo. Isso, no decorrer das informações que a Presidência e as prioridades que ela vier a dar, é que nós vamos dar seqüência. Essa preocupação de informarmos agora, eu acredito que o tempo não é hábil, uma vez que o próprio roteiro do nosso Relator é um roteiro discutido como um esqueleto apenas. Ele não é definitivo. Ele quer uma discussão. Por isso eu acredito que a definição tem que partir, **a posteriori**, da Presidência, dando prioridade àquilo que for mais importante, em discussão com esta Comissão. Essa era a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Vamos colocar em votação os destaques apresentados. Em votação. Os Deputados que aprovam os



destaques que foram apresentados permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. E agora em votação o requerimento. Requerimento 109/01.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Ainda sobre esse tema ficou em aberto as preocupações levantadas. Se nós criamos grupo de trabalho; se criamos, quantos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Nós colocamos ali grupo de ações de trabalho 1 na obra inacabada e outro no ativo ocioso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Então, são grupos de ações de trabalho. O segundo fator, houve uma preocupação se, no caso de obras inacabadas, deveríamos constituir mais de um grupo de trabalho nesse item ou não, que foi o que o Deputado Reis ponderou. Ele estava, não sei se ele desistiu da sugestão que era por região do País, não sei, ele está ao telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado, deixa eu só terminar de votar isso daqui para depois... Eu só queria votar o Requerimento 109/01, com ressalva dos destaques, colocando em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Agora, nós vamos continuar com a Ordem do Dia. Requerimento 133/01, do Deputado Norberto Teixeira, que "solicita seja convocado o Presidente da Empresa Pública de Saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO/GO, a fim de prestar esclarecimento sobre as obras de saneamentos com recursos do Ministério da Saúde e Secretaria do Desenvolvimento Urbano". Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Norberto Teixeira.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da Comissão, nós estivemos em Goiás e foi ouvido o Presidente da SANEAGO, o Dr. Geraldo Félix, que deixou, por omissão, de prestar esclarecimentos sobre essas obras que estão paradas em Goiás. O saneamento de Itumbiara, Luziânia, Aruanã, Campos Verdes e outros são saneamentos que vêm recebendo recursos há mais de dez anos, Sr. Relator, mais de dez anos, recurso do Pró-Saneamento, recurso do Ministério da Saúde, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Infelizmente, hoje as obras se encontram paralisadas. No depoimento dele, na CPI, em Goiânia, na quinta-feira, ele diz que todas as obras estavam em encaminhamento, mas são mais de 35 obras hoje paradas em Goiás com recursos do saneamento do Pró-Saneamento. É importante que nós possamos examinar essas obras. Só o Município de Itumbiara já recebeu mais de 18 milhões de reais e continua abandonado no meio do mato, todo o material abandonado no meio do mato. Luziânia, Aruanã, Campos Verdes, enfim, outras cidades também mais importantes de Goiás que estão abandonadas as obras. Então, eu gostaria de pedir, pois que é importante a aprovação para que nós possamos hoje trazer o bem-estar a nossa população, que é o retorno dessas obras e por que está parada.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Para encaminhar, o Deputado Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, o requerimento que é objeto da discussão neste momento aqui na Comissão mostra o resultado positivo das visitas que nós fazemos. Saímos daqui, Sr. Presidente, com o



objetivo de visitar as obras do saneamento da cidade de Goiânia. E através do depoimento do Presidente da empresa SANEAGO, do Estado de Goiás, nós vimos que existiam muitas outras obras ligadas à área do saneamento em Municípios importantes do Estado de Goiás que estavam inacabadas, portanto, objeto da nossa Comissão. Daí, Sr. Presidente, eu novamente levantar nesta Comissão a necessidade absoluta de fazermos as viagens, porque é nas viagens, é no conhecimento **in loco** do que está acontecendo naquele Estado que nós podemos encontrar e diagnosticar cada vez mais obras inacabadas. O meu encaminhamento é para que a Comissão aprove o requerimento apresentado pelo Deputado Norberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo mais quem encaminhar, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 134, do Deputado Norberto Teixeira, que requer informações sobre obra do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator e senhores membros, é outro problema. Essa obra recebe recursos da União, mas a obra foi licitada pelo Governo do Estado. É obra delegada ao Governo do Estado. É uma obra que está parada, inclusive a imprensa nacional mostrou toda a realidade dessa obra que é importante que nós retomemos. É um presídio de segurança máxima que está paralisado há mais de três anos e recebeu uma quantidade muito grande de recurso. Por que o Tribunal de Contas do Estado... O Tribunal de Contas do Estado tem todo o processo licitatório dessa obra. O Governo só presta conta ao Governo Federal. Mas, na realidade, a prestação de conta e a licitação foram feitas



pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás. É muito importante e necessário que possamos ter êxito com essa documentação em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento nº 135 sobre a Mesa, do Deputado Norberto Teixeira, que "requer informações sobre obras ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás". Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, é o mesmo caso anterior. São diversos recursos encaminhados ao Governo. Estou pedindo informações ao Tribunal de Contas do Estado para que possamos ter informações sobre essa obra, que é uma obra delegada à empresa AGETOP, do Governo do Estado de Goiás, a BR-080.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Sr. Presidente, são mais dois ou três requerimentos do mesmo autor, Deputado Norberto Teixeira, de Goiás. Sugiro a S.Exa. que, quem sabe, faça o encaminhamento dos três requerimentos, uma vez que as indicações são as mesmas, e que seja feita a votação, evidentemente, em separado. O encaminhamento pode ser conjunto, não pode? Agora, a votação tem de ser separada, é evidente. A sugestão deste Deputado é que o encaminhamento seja conjunto e a votação separada dos requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Está aprovado. Requerimento nº 136, do Deputado Norberto Teixeira, que "requer informações sobre obras ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás". Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, já vou aproveitar e fazer o encaminhamento do 136 e 137, de minha autoria. É o mesmo caso. São obras delegadas ao Governo do Estado. É um projeto de irrigação de Três Barras, que é um problema seriíssimo de denúncia que chegou a esta Comissão. E precisamos ter conhecimento dos documentos. Como também a Rodovia BR-414, que é delegada ao Governo do Estado de Goiás, que é uma obra parada, paralisada e está destruindo, inclusive, o que já foi feito com dinheiro público federal. Então, é muito importante receber essa documentação para que possamos analisar e ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovados os Requerimentos nºs 136 e 137. Requerimento nº 138, do Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO - Sr. Presidente, antes da votação do 138, pediria a V.Exa. se não poderia inverter, pela ordem, e votar o 139, porque, eventualmente, no 138, eu iria pedir a retirada de pauta. Se não houver retirada de pauta, talvez, haja uma verificação de votação e, talvez, caia o **quorum**, ou não. E, invertendo, eu não prejudicaria o Requerimento nº 139, a que não há óbice algum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria colocar em votação a inversão da pauta. Os Deputados que aprovam a inversão da pauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada. Requerimento nº 139, do Deputado Carlos Alberto Rosado, que "requer sejam investigadas as obras de construção da Hidrelétrica Serra da Mesa, em Goiás". Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, essas obras da Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás, foram uma surpresa para a Comissão que visitou o Estado. Esses assuntos foram levantados pelo depoimento de vários Secretários do Governo do Estado, e a informação que nós trouxemos é de que, apesar de existir um relatório do Tribunal de Contas da União conflitante, Sr. Presidente, porque o relatório do Tribunal de Contas da União, quando pergunta a respeito da situação da obra, diz conclusa e, em seguida, passa a discorrer a respeito de um conjunto de obras de engenharia necessárias para que a obra se completasse e entrasse em funcionamento a hidrelétrica na sua plenitude... Daí, Sr. Presidente, começa a haver a dúvida: está concluída ou está inconclusa? Pode funcionar 100% ou só pode funcionar 30, 40%, na falta dessas obras complementares? Nessa dificuldade, Sr. Presidente, é que considero importante a visita à Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás, para que a Comissão possa avaliar a necessidade ou não, a oportunidade ou não de incluir as obras de Serra da Mesa no rol das obras inacabadas, objeto de investigação dessa nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento 138, do Deputado Sérgio Reis, que



"requer a oitiva dos Srs. Luís Carlos Santos, Presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A; Antônio Carlos Temer, Diretor da Empresa Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A; e Carlos Ranieri, Diretor do Consórcio Asea Brown Boveri Ltda./Sade Vigesa Industrial e Serviços S.A., na qualidade de testemunhas devidamente intimadas".
Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, nós estamos recebendo, num telefonema agora há pouco da minha assessoria, algumas informações complementares a respeito desse assunto. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que fosse retirado de pauta esse requerimento e que fosse incluído já na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E esse é um bom requerimento, acho que na próxima semana deve votar mesmo, porque é bom demais. Pois então, antes de...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Olha, é um requerimento importante. É uma obra que está trazendo prejuízo ao País, é uma obra que está trazendo prejuízo ao Estado do Paraná. Não sei o motivo da retirada, mas eu gostaria de deixar registrado que na próxima semana esse requerimento pudesse entrar. Se não entrar, eu vou fazer mais outro requerimento para dar entrada sobre essa obra. Porque nós estamos aí com crise de apagão, nós estamos com indústria parando por falta de energia, nós estamos com tudo... E eu acho que é o direito



dessa CPI, de nós Deputados olharmos o que está acontecendo. Não é um, dois, que nós temos que olhar; temos que olhar a população em geral do nosso País.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Eu acho que o nobre colega Norberto Teixeira está completamente com a sua razão. É só para esclarecer que eu estou recebendo algumas informações adicionais que irão contribuir, de alta relevância, para que a gente possa conseqüentemente fazer o esclarecimento. E de antemão eu já peço ao Sr. Presidente que coloque esse requerimento em votação para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, antes de encerrar a sessão, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira, para que...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Ainda tem outro item?

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Magno Malta.

O SR. DEPUTADO MAGNO MALTA - Eu acho que essa situação que o País está vivendo na sua questão energética, eu acho de muito bom tom que realmente haja esse tipo de investigação... As obras de hidroelétricas, e que o pessoal do setor elétrico seja ouvido aqui. É porque a sociedade está sobressaltada, foi apanhada de surpresa com a falta de investimento, e há série de obras nessa área que não foram acabadas. Por isso que o requerimento do Deputado Sérgio Reis, esse bom nordestino, é extremamente importante. Acho que todos temos que fazer coro para



votá-lo na próxima semana. Aí, sim, nós vamos começar a ter visibilidade, porque nesse momento de apagão o que precisa ser investigado de fato são essas hidrelétricas que não foram acabadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria antes de encerrar a sessão passar a palavra a Deputado Norberto Teixeira, para que ele fizesse um relato da viagem nossa a Goiás...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Mas é rápido, Deputado Paulo Baltazar. É a respeito da viagem da Comissão lá no seu Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros dessa Comissão, nós estivemos em Goiânia, no Estado de Goiás, dia 23 e 24 de agosto. Compareceram três Deputados: o Presidente, Deputado Carlos Alberto e a minha pessoa. Iniciamos, junto com a equipe desta Comissão, as audiências públicas. No começo, recebemos um frio, totalmente frio conosco, mas depois a Comissão foi recebendo um resultado positivo. Em depoimento de um Secretário de Segurança Pública, o próprio Secretário andou denunciando outro Secretário do próprio Governo do Estado, denunciando obra da penitenciária parada. No outro depoimento, o Secretário de Educação, Sr. Presidente, descobrimos três escolas técnicas abandonadas em Goiás, que foram feitos recursos grandes e que estão parados. Na hora do depoimento do saneamento básico, também descobrimos diversas obras, mais de vinte obras paradas com recursos do Pró-Saneamento, rodovias paradas, rodovias delegadas para o Governo do Estado totalmente destruídas. Descobrimos uma ponte com 45 anos que foi investida e, infelizmente, até hoje não está pronta essa rodovia, a BR-



070, a BR-414, a BR-080, enfim, o Contorno, fomos visitar o Contorno e diversas outras que estão sendo levantadas agora. É importante. Nessa visita, achamos 96 imóveis invadidos da União e também um prédio abandonado no Município de Jataí. Esse prédio foi entregue ontem para a 18ª Regional do Ministério do Trabalho, 10ª Regional de Justiça e Trabalho. Vê-se que o resultado da CPI já foi um resultado bom. Retornar as obras, o Contorno Noroeste e o Contorno Sudoeste. Uma obra que já gastou mais de 30 milhões da União, parada por causa de 100 mil reais, numa desapropriação, que foi resolvida com a ida da CPI em Goiás. Então, foi importante. Eu tenho certeza que o resultado, o fruto dessa CPI é um fruto grande. Depois que a gente saiu, depois que a CPI veio embora, eu continuei, porque eu moro perto de Goiânia. Eu vi o resultado das obras retornando, inclusive o Contorno do Sudoeste, onde estava parada por motivo de uma desapropriação de 100 mil reais. Uma obra que gastou 30 milhões agora retornando. E o prédio também de Jataí passando para a 10ª Regional, uma obra abandonada há mais de cinco anos. As Prefeituras estão com as escolas técnicas tentando achar um acordo com a Fundação BRADESCO para usar os prédios das três escolas técnicas abandonadas em Goiás. As obras de rodovia, nós fizemos ser examinadas. A irrigação de Três Barras precisa ser examinada, por isso nós fizemos requerimentos agora. Mas tem muita coisa para ser examinada ainda em Goiás. Mas foi excelente a visita. Deu resultado e está mostrando, acima de tudo, não só nós, mas acima de tudo o resultado, a CPI chegando em seu Estado, as obras estão retornando o mais rápido possível. Isso que é importante, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, eu queria também fazer as palavras do Deputado Norberto Teixeira as minhas nas visitas que nós



estamos fazendo a todos os Estados da Federação. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a sessão e convocada outra para terça-feira. Nós vamos ter aqui o depoimento de algumas pessoas que vêm como testemunhas de algumas obras e que acabamos de convidar. Quarta e quinta nós iremos a Minas Gerais para visitar o Estado. Está encerrada a sessão.